

| Recebido: 20 Mar. 2025 | Aceito: 25 Abr. 2025 | Publicado: 15 Mai. 2025 |

Turismo de Base Comunitária e Reforma Agrária: aproximações e experiências em Assentamentos Rurais no Brasil

Community-Based Tourism and Agrarian Reform: approaches and experiences
in Rural Settlements in Brazil

Edilaine Albertino de Moraes¹

 <https://orcid.org/0000-0001-7631-5023>

Anne Bastos de Martins Rosa²

 <https://orcid.org/0000-0003-2391-780X>

Teresa Cristina de Miranda Mendonça³

 <https://orcid.org/0000-0003-0856-5295>

Taynara de Lima Andrade⁴

 <https://orcid.org/0009-0000-5101-8866>

Resumo

Na atualidade, do movimento social à universidade e vice-versa, conceitos de turismo em assentamentos rurais estão sendo construídos, a partir da sua prática organizativa em diferentes territórios e realidades no Brasil. Sob essa inspiração, este artigo tem como foco de interesse abordar sobre como as experiências de turismo em assentamentos rurais se aproximam das reflexões sobre turismo de base comunitária, e, por consequência, quais são as implicações dessa prática para a Reforma Agrária popular. Com esse embasamento, busca-se refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento do turismo de base comunitária (TBC) em assentamentos rurais, compreendendo os seus significados, os enfrentamentos e os desafios para o fortalecimento desses espaços. Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório resultante de atividades de extensão, pesquisa e ensino, que se apoiou em levantamento bibliográfico e documental, além de relatos de entrevistas

¹ Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada do Departamento de Turismo do Instituto de Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: edilaine.moraes@ufjf.br.

² Doutora em Administração pela PUC-Rio. Professora Associada do Departamento de Turismo do Instituto de Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: anne.bastos@ufjf.br.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Associada do Departamento de Administração e Turismo do Instituto Multidisciplinar pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: teresam@ufrj.br.

⁴ Graduanda em Turismo e bolsista de Iniciação Científica pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: taynaradelimaandrade@gmail.com.

com lideranças de cinco assentamentos rurais que já desenvolvem ações voltadas ao turismo comunitário, que foram analisados com enfoque qualitativo. Assim, o desenvolvimento do TBC nos assentamentos rurais investigados apontou perspectivas práticas para a sua compreensão, incluindo o papel social da Reforma Agrária popular, a defesa e a luta pela terra e território, a geração de trabalho e renda familiar, o princípio da complementariedade, a valorização da cultura local, a ênfase na autonomia, coletividade e cooperação, a agroecologia e a conservação da natureza.

Palavras-chave: Turismo; Assentados Rurais; Terra; Resistência.

Abstract

Currently, from social movement to university and vice versa, concepts of tourism in rural settlements are being built, from their organizational practice in different territories and realities in Brazil. Under this inspiration, this article focuses on how the experiences of tourism in rural settlements approach community-based tourism reflections, and therefore, what are the implications of this practice for popular Agrarian Reform. With this foundation, we seek to reflect on the possibilities of development of community-based tourism (CBT) in rural settlements, understanding its meanings, the confrontations and the challenges for strengthening these spaces. Methodologically, it is an exploratory study resulting from extension activities, research and teaching, which was based on bibliographic and documentary survey, as well as reports of interviews with leaders from five rural settlements that already develop actions aimed at community tourism, which were analyzed with a qualitative focus. Thus, the development of CBT in the rural settlements investigated pointed to practical perspectives for its understanding, including the social role of popular Agrarian Reform, defense and struggle for land and territory, generation of work and family income, the principle of complementarity, the valorization of local culture, the emphasis on autonomy, collectivity and cooperation, agroecology and nature conservation.

Keywords: Tourism; Rural Settlements; Land; Resistance.

Introdução

Esta pesquisa se constrói em um campo de estudos críticos onde existe um movimento crescente de resistências aos modelos dominantes de turismo e de existência no mundo. O nosso tema de interesse é o Turismo de base comunitária ou Turismo comunitário ou TBC. Na busca pela compreensão sobre as diferentes versões dessa prática, encontramos, no Brasil, desde 1990, um terreno fértil onde tem alcançado uma visibilidade, cada vez maior, como “uma alternativa de turismo, em bases sustentáveis e segundo o compromisso ético de justiça e resistência social” (Irving; Moraes, 2019, p. 16).

Nessa perspectiva, o TBC tem como princípio fundamental a base endógena em planejamento e desenvolvimento do turismo, constituindo-se como uma oportunidade para a melhoria de qualidade de vida de diversos grupos, que se caracterizam, em geral, como pescadores artesanais, etnias indígenas, quilombolas, agricultores familiares e camponeses (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009; Moraes, 2019), bem como experiências ligadas a territórios de favelas e periferias urbanas (Mendonça *et al.*, 2024).

Dessa forma, o TBC se revela, na maioria das vezes, em áreas de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental e de populações afetadas por grandes projetos e estruturas turísticas e de lazer desconectadas da dinâmica regional. Por isso, o modo de configuração do TBC se vincula também

às estratégias políticas desenvolvidas por grupos organizados e movimentos sociais, populares, indígenas, urbanos e do campo, o que tem contribuído para que essa prática se fortaleça como um meio de apoiar a luta pelo direito à terra e pela garantia e preservação da cultura local e de territórios tradicionais (Moraes, 2019; Mendonça *et al.*, 2024).

No Brasil, desde a sua origem, o turismo de base comunitária tem sido desenvolvido em diferentes unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas e assentamentos rurais (Moraes, 2019), o que implica relacioná-lo também às contradições e conflitos relativos às questões agrárias no país. No que tange aos assentamentos da reforma agrária, o turismo tem sido defendido como uma alternativa de desenvolvimento local (Melo, 2012), principalmente na região Nordeste (Sousa, 2017), sem se aprofundar, porém, nas dinâmicas coletivas e de organização e participação comunitária.

Para Melo (2012), as experiências de turismo devem estar alicerçadas no fortalecimento dos assentamentos de reforma agrária como um passo decisivo no caminho para o enfrentamento das atuais políticas neoliberais e de avanço do capital imposto ao campo brasileiro. Assim, o autor comprehende que o turismo em assentamentos deveria se chamar “vivência”, por apreender outra concepção de mundo, outra perspectiva nas relações sociais, tornando-se uma instância alternativa de enfrentamento e estranhamento que enseja o deslocamento da zona de conforto do turista. Dessa forma, é preciso desenvolver uma vivência em que a produção agrícola camponesa e os artesanatos vendidos não sejam meros *souvenires*, tampouco os assentados sejam tratados apenas como anfitriões.

Esse entendimento parece ter ressonância com as pautas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principal movimento social em defesa da reforma agrária popular no país, quando propõe, em seu Programa Agrário, o desenvolvimento da infraestrutura social nas comunidades rurais e camponesas por meio de implantação de “espaços culturais e de lazer em todas as áreas de assentamentos, voltados para o acesso, difusão, produção e intercâmbios esportivos, artísticos e culturais” (MST, 2014, p. 47). Nesse sentido, em 2021, o MST iniciou uma experiência de “turismo da Reforma Agrária”, no Assentamento Dênis Gonçalves, na Zona da Mata Mineira, em que visitantes realizaram visitas aos produtores, caminhadas, observação de aves e plantio de mudas (Lustosa, 2021). Dessa forma, o turismo desenvolvido em assentamentos rurais da reforma agrária pode contribuir também para a formação de uma consciência política na sociedade (Andrade, 2023).

Nesse contexto, do movimento social à universidade e vice-versa, conceitos de turismo em assentamentos rurais estão sendo construídos, a partir da sua prática organizativa em diferentes territórios e realidades no país. Sob essa inspiração, apresentamos as seguintes questões provocadoras: como as experiências de turismo em assentamentos rurais se aproximam das reflexões sobre TBC? Quais são as oportunidades de TBC em assentamentos rurais? Quais são as implicações do TBC para a Reforma Agrária popular? A partir dessas inquietações, o presente artigo tem como foco de interesse analisar as possibilidades de desenvolvimento do TBC em assentamentos rurais, compreendendo os seus significados, os enfrentamentos e os desafios para o fortalecimento dessas iniciativas.

Premissas e percursos metodológicos

O presente estudo é um desdobramento de atividades de extensão, pesquisa e ensino as quais resultaram no projeto de iniciação científica “Turismo de base comunitária em Assentamentos rurais no Brasil: contribuições para pensar a Reforma Agrária Popular” (agosto de 2023 a agosto de 2024) (UFJF/PROPP/BIC), no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão TBC-Rede: Turismo de base comunitária, Sustentabilidade e Redes (UFJF/UFRRJ/CNPq), vinculado ao Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, cujos resultados parciais estão apresentados neste artigo.

A abordagem utilizada foi a qualitativa empírica, por considerar a composição de um conjunto de experiências, vivências, senso comum e ações definidas como o exercício dos indivíduos, dos grupos e das instituições para construir suas vidas e os artefatos culturais, a partir das condições que eles encontram na realidade existencial (Minayo, 2012). Trata-se, ainda, de uma investigação exploratória, tendo em vista que, além de haver poucos estudos acerca da temática aqui tratada, os trabalhos existentes possuem enfoques e metodologias diferentes.

Para pensar a teorização inicial, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental relacionada ao turismo de base comunitária e assentamentos rurais no contexto brasileiro. O levantamento bibliográfico foi empreendido por meio de consulta ao Google Acadêmico, SciELO e Redalyc. Além disso, parte da bibliografia selecionada foi acessada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e na plataforma Academia.edu. A pesquisa bibliográfica partiu da busca, nos idiomas português, espanhol e inglês, das seguintes palavras-chave: 1^a tentativa: Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário e Assentamentos Rurais; 2^a tentativa: Turismo Comunitário e Reforma Agrária; 3^a tentativa: Turismo e comunidades locais e luta pela terra.

A pesquisa documental envolveu consultas a sites e redes sociais de organismos oficiais do governo federal, como o Ministério de Turismo (MTur), o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Também foram consultados conteúdos disponíveis nas páginas virtuais de organizações não governamentais e de movimentos sociais relacionados.

Para sistematizar os principais temas e categorias das produções científicas identificadas, foi utilizada a técnica nuvem de palavras por meio do website <http://www.wordclouds.com/>. A nuvem de palavras é uma representação gráfico-visual que mostra o grau de frequência das palavras em um texto. Quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico. As palavras aparecem em fontes de vários tamanhos e em diferentes cores, indicando o que é mais relevante e o que é menos evidente no contexto (Vilela; Ribeiro; Batista, 2020). A escolha dessa técnica se justificou por ter se destacado, sobretudo no cenário digital, de modo a enfatizar os assuntos mais importantes de um debate (Ferreira, 2018). Dessa forma, foi possível ilustrar e interpretar as principais ideias, noções e assuntos mais destacados sobre o tema em foco, quais sejam: Turismo de base comunitária, Novo rural, Territórios e Lutas sociais. Assim, segue a representação da nuvem de palavras

gerada a partir da pesquisa bibliográfica e documental sobre TBC e Assentamentos da Reforma Agrária (Figura 1).

Figura 1: Nuvem de palavras temática



Fonte: Elaborada pelas autoras, 2023.

Em um processo de busca de se relacionar com o marco teórico, sem, no entanto, deixar de problematizá-lo, buscou-se responder às indagações da pesquisa, apresentadas na introdução, dirigindo-se o olhar analítico para os relatos de seis lideranças comunitárias⁵ que moram e articulam o turismo em cinco assentamentos da Reforma Agrária (1 – Maceió, Itapipoca/Ceará; 2 – Sabiaguaba, Amontada/Ceará; 3 – Coqueirinho, Fortim/Ceará; 4 - Dênis Gonçalves, Goianá/Minas Gerais; 5 – Baixão, Iaetê/Bahia), que fizeram parte da produção de um vídeo pedagógico “Turismo e Reforma Agrária”, disponível no canal TBC-Rede pelo Brasil e mundo, do *Youtube*⁶ (Moraes, 2022). Esse vídeo foi discutido na Mesa-redonda “Ocupar, resistir e se divertir: Turismo e Reforma agrária”, no dia 02 de setembro de 2022, como parte da programação do Centro de Excelência em Turismo na Semana Universitária da UnB – 100 anos de Darcy Ribeiro, e na Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária - JURA UnB 2022, Brasília/DF, bem como na Oficina “Reforma Agrária e Turismo”, no dia 22

⁵ A escolha por essas lideranças se deve a pesquisas anteriores resultantes do doutoramento de uma das autoras no Ceará (Moraes, 2019) e do projeto de pesquisa coordenado por Moraes *et al.* (2021). Além disso, justifica-se pela realização de visitas técnicas das disciplinas “Turismo e Ruralidades” e “Desenvolvimento, Comunidades e Turismo”, entre 2022 e 2023, com os alunos do Curso de Turismo da UFJF ao Assentamento Dênis Gonçalves (Goianá, Minas Gerais).

⁶ Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=8zYfEUm3EUM>.

de maio de 2023, promovida no Seminário Regional Reforma Agrária Popular, Educação, Natureza e Alimentação Saudável: caminhos e desafios para políticas públicas, da X JURA UFJF. Esses eventos também fizeram parte do campo de pesquisa, proporcionando observação e registro de relatos produzidos.

Dessa maneira, foi realizada uma análise qualitativa (Minayo, 2012), explicitando e mesclando os resultados levantados no campo, conforme os interesses e as dificuldades no percurso da pesquisa, abrindo para novas indagações. Os relatos e os fatos foram gravados, transcritos, problematizados e apresentados fidedignamente aos vários pontos de vista, garantindo a diversidade de sentidos expressos pelos interlocutores. Assim, os resultados alcançados foram sistematizados e analisados considerando as aproximações das experiências turísticas nos assentamentos investigados com as reflexões sobre TBC e as oportunidades dessas práticas nesses territórios, por consequência, sinalizando algumas implicações deste estudo para pensar a Reforma Agrária popular no país.

Embasamento teórico inspirador

A construção teórico-conceitual sobre turismo de base comunitária envolve uma ampla e complexa perspectiva interpretativa sobre essa temática em diferentes realidades regionais (Moraes; Irving; Mendonça, 2018; Cabanilla, 2018). No Brasil, desde a década de 2000, inúmeras tentativas buscam problematizar teoricamente o TBC e/ou elaborar um balizamento teórico capaz de orientar a concepção e o planejamento de projetos turísticos com esse enfoque (Coriolano; Lima, 2003; Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009; Irving, 2009; Mendonça; Moraes, 2011; Sampaio; Henríquez; Mansur, 2011; Fabrino, 2013; Moraes; Mendonça; Estevão, 2023, entre tantos outros).

As iniciativas de TBC surgem em decorrência de diversos fatores de ordem econômica, social, cultural, ambiental e política, os quais se relacionam, sobretudo, à pressão do mercado turístico massificado; à busca pela superação de uma situação de pobreza crônica; ao papel relevante das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento local; além das estratégias políticas de movimentos sociais em defesa do direto à terra e da preservação de territórios ancestrais de povos indígenas e populações rurais (Maldonado, 2009; Moraes, 2019).

Por pressuposto, a lógica de desenvolvimento do TBC busca se contrapor (mas não tem a pretensão de substituir) aos modelos inspirados pelas premissas de crescimento econômico e pela lógica do mercado, na qual prevalece o foco na produção, na competitividade e no lucro. Dessa forma, no TBC, o principal objetivo não é a geração de benefícios econômicos no sentido estrito, mas a busca de gerar efeitos positivos em termos ambientais e culturais e, com isso, incidir no bem viver, na redistribuição dos benefícios e na melhoria da qualidade de vida da população local (Cabanilla, 2018; Moraes; Irving, 2018).

O elevado grau de participação das populações locais no desenvolvimento do TBC é reconhecido como premissa básica para a organização e a gestão dessas experiências (Mendonça, 2004;

Inostroza, 2008), dentre as quais se configuram por meio de associações e cooperativas (Mielke; Pegas, 2013), grupos comunitários e redes informais, negócios sociais e empreendimentos econômicos solidários (Moraes, 2019), bem como empreendimentos turísticos exclusivamente comunitários, mistos ou privados (estes últimos com o aval da comunidade e o acordo tácito de ganhos e vantagens comerciais) (Cabanilla, 2018).

Por outro lado, a afirmação dessas iniciativas no mercado turístico global tem sido limitada diante de várias deficiências e riscos que podem existir nesse processo com relação à formação profissional e à capacidade de gestão de negócios, bem como a falta de acesso aos serviços públicos e de infraestrutura básica (Maldonado, 2009). Além disso, a exclusão digital de várias comunidades locais; a inexistência de políticas públicas direcionadas às demandas de TBC; a fragilização da prática de participação; a desarticulação e a desmobilização do processo coletivo organizativo, principalmente, após a pandemia da covid-19, também têm desfavorecido o fortalecimento do TBC em diferentes territórios brasileiros (Moraes; Mendonça; Estevão, 2023).

Esses territórios de TBC situam-se, principalmente, em biomas de Mata Atlântica, Amazônia e Cerrado, considerando locais remotos, regiões litorâneas e pesqueiras, camponesas, de agricultura familiar, de florestas, ou seja, de elevada biodiversidade preservada, em sua maioria em áreas rurais (Moraes, 2019). Também existem iniciativas em regiões metropolitanas, inclusive em áreas periféricas, como as favelas na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) (Mendonça *et al.*, 2024).

No que diz respeito ao meio rural, o turismo, desde 1980, já tem se traduzido como uma atividade não agrícola, que cresce cada vez mais e ganha espaço entre os agricultores familiares, contribuindo para a diversificação de atividades econômicas e de horizontes para a produção de novas dinâmicas e de relações sociais e de trabalho, retratando, de diferentes formas, o novo rural (Marafon; Ribeiro, 2006; Fernandes, 2023). Nesse contexto, algumas práticas também são conhecidas como turismo rural comunitário, sobretudo na América Latina (Maldonado, 2009), efetuando-se como um complemento e não como um elemento de substituição à produção agrícola.

Por outro lado, no Brasil, o campo vem sendo alvo crescente de conflitos (CPT, 2022), com o aumento da concentração fundiária, do desmatamento e da violência no campo, por exemplo, evidenciando a coexistência das questões agrária e ambiental. Isso reflete no processo de resistências, lutas e articulações em defesa dos direitos ao uso, à posse e propriedade fundiária e da biodiversidade, que se renova ao se articular com as práticas de TBC.

Em nível nacional, a luta pelo campo pauta a Reforma Agrária, tendo como atores importantes o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil - MPP, a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - CONAQ, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC e os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Esse último foi criado em 1984, constituindo-se um movimento social de massas, cuja principal base são os camponeses sem-terra, com caráter sindical

(porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias), popular (pois abrange várias categorias e luta também por reivindicações populares) e político (por querer contribuir para mudanças sociais) (Gorgen; Stédile, 1993).

O MST entende o turismo como uma forma de dar visibilidade às problemáticas enfrentadas na luta pela Reforma Agrária (Melo; Souza, 2011). Esse movimento defende a luta e a construção de uma Reforma Agrária Popular que

combina a distribuição de terras com a instalação de agroindústrias cooperativas em todas as comunidades rurais, para que haja um desenvolvimento das forças produtivas e para que os trabalhadores rurais possam ganhar a renda do valor agregado às matérias-primas agrícolas pelo processo de industrialização (...) (Stédile, 2012, p. 662).

Dessa forma, a reforma agrária compreenderia um amplo programa de reconhecimento e valorização das manifestações culturais ligadas aos hábitos alimentares, escolhas musicais, feitura de poesias, celebrações religiosas e festas comemorativas (Stédile, 2012).

Entretanto, o Brasil ainda não fez uma reforma agrária, tornando-se uma categoria polêmica na arena do debate político nacional. O que se depreende das práticas governamentais, desde 1984, é que no limite se exercita uma política de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra como consequência dos processos contemporâneos de ocupação de latifúndios pelos próprios sem-terra (Carvalho, 2004), ou seja, os assentamentos rurais são oriundos da luta popular, principalmente do MST.

Embora o termo carregue, historicamente, um confronto de projetos políticos, entende-se, oficialmente, assentamentos rurais como um conjunto de unidades agrícolas instaladas pelo INCRA em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de lote, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural que, sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural, passa a residir e a desenvolver atividades produtivas diversas no local (INCRA, 2021)⁷. Porém, essa política de assentamentos é limitada na abrangência e não afeta a estrutura da propriedade da terra, funcionando mais para resolver problemas sociais localizados ou atender a populações mobilizadas que pressionam politicamente o governo (Stédile, 2012).

Os assentamentos podem assumir, assim, configurações distintas:

coletivos/individuais; agrícolas/pluriativos; habitações em lotes/em agrovilas; frutos de programas governamentais estaduais/federais; com poucas/muitas famílias; organizados e/ou politicamente representados por associações de assentados, cooperativas, movimentos sociais, religiosos, sindicais (Leite, 2012, p. 113).

Conforme Medeiros e Leite (2004), uma das principais atividades produtivas dos assentamentos é a agricultura que, sendo feita de forma diversificada, contribui para a soberania alimentar das famílias assentadas, a variação dos produtos comercializados e a preservação ambiental. Além disso, nos

⁷ A criação de assentamentos, no Brasil, tem como base legal o Estatuto da Terra, conforme disposto na Lei nº 4.504/1964 (INCRA, 2021).

assentamentos, são praticadas outras atividades relacionadas à pecuária, à pesca, ao extrativismo, à apicultura, à fruticultura, ao artesanato, ao turismo, entre outras.

Para Sousa (2017), alguns assentamentos no Nordeste desenvolvem o turismo voltado para a produção orgânica, além de visitas a espaços naturais, como trilhas, cachoeiras e grutas. Observa-se que essa prática está mais voltada para o turismo rural, oferecendo passeios de charrete ou a cavalo pela propriedade. Também se identificam assentamentos que ofertam aos turistas refeições típicas, feitas com base nos alimentos produzidos no próprio assentamento, além da venda do artesanato feito pelos assentados e de outros produtos locais. Em alguns casos, outro elemento que compõe a experiência proposta é a história de vida dos próprios assentados e de conquista do assentamento.

Na região Sudeste, Andrade, F.; Andrade, G. e Silvestre (2019) apontam como experiência exitosa o Assentamento Monte Castelo, em Araraquara (São Paulo), no que se refere à Associação de Mulheres do Assentamento Monte Alegre, que se dedica à panificação e à confeitoria, estimulando a visita de moradores da zona urbana ao assentamento em busca de novas experiências gastronômicas. Dessa forma, essas mulheres assentadas buscam, na produção de gêneros alimentícios, a geração de trabalho e renda alternativa à produção rural em seus lotes. Além disso, destacam a realização da tradicional festa junina do Assentamento Bela Vista do Chibarro, no mesmo município, que celebra a conquista de terra pelos assentados, atraindo, em suas últimas edições, milhares de pessoas.

No Pontal do Paranapanema, no município de Rosana (SP), estão quatro assentamentos: Gleba XV de Novembro, Nova Pontal, Bonanza e Porto Maria, que têm desenvolvido turismo por meio de algumas famílias que, ainda que de forma incipiente, administram hospedagens, restaurantes, bares, passeios e eventos. Por meio da parceria das comunidades com a universidade, tem sido articulada a construção do Museu do Assentado em Rosana/SP, na intenção de ser um equipamento cultural no meio rural responsável pelo engajamento comunitário e valorização patrimonial. Dessa forma, o turismo, nesse contexto, ao gerar renda para as famílias, permite que ações educativas ocorram para os visitantes e residentes, transformando-se em um veículo de desmitificação de preconceitos, reconhecimento e valorização patrimonial (Moreira-Gonçalves, 2020).

Ao visitar um assentamento rural, os turistas também podem entrar em contato com a mística⁸. Essa situação pode causar uma sensibilização para muitas causas políticas da população e do território, contribuindo para a formação de consciência política e até para despertar a vontade de essas pessoas se integrarem ao movimento social e agir coletivamente na prática (Andrade, 2023).

O turismo em assentamentos rurais tem sido associado a diferentes terminologias, como turismo rural, agroturismo, turismo escolar, turismo de natureza (Marques; Santos, 2009), entre outras. Algumas

⁸ A mística é uma prática cotidiana do MST e de outros movimentos populares que se caracteriza por “expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção ao topo, a parte realizável da utopia” (Bogo, 2012, p. 476).

experiências no país sinalizam o desejo de se desenvolver o turismo de base comunitária (TBC), considerando a sua aproximação com processos coletivos de associativismo e cooperativismo.

Exemplificando o TBC, esse é o caso do Assentamento Nova Vida do Rochedo (Uruçuca, Bahia), onde as atividades econômicas estão voltadas apenas para o cultivo de cacau e outros produtos agrícolas de subsistência. Já as atividades não agrícolas ainda não foram desenvolvidas. A sua localização na rodovia BA 262, que liga os municípios de Ilhéus e Uruçuca, tem sido alvo de implantação da primeira estrada temática do estado, a “Estrada do Chocolate”, que tem como cenário as belas fazendas de cacau que ficam às suas margens, além de pequenas propriedades rurais de agricultores familiares e assentamentos. Isso poderia potencializar a elaboração de um projeto de TBC abordando aspectos ambientais ligados à cultura do cacau, visitação nas trilhas e vivência no cotidiano da vida rural (Coelho; Sabioni; Hoisel, 2021).

Outra reflexão em curso é o turismo de base comunitária enquanto uma ferramenta importante no processo de expansão das práticas da agroecologia em assentamentos na zona da mata sul de Pernambuco. Este surge como uma forma de atrair olhares e pessoas interessadas em interagir com a comunidade visitada, a fim de não apenas fazer um passeio ou passar um dia de lazer, mas vivenciar a rotina dos agricultores no meio rural, seus hábitos, culturas, práticas agrícolas, histórias, etc. (Silva *et. al.*, 2020). Isso reforça a necessidade de abordar o turismo nesses espaços a fim de respeitar e valorizar a vida dos assentados, assim como promover qualidade de vida e desenvolvimento local.

Esses processos têm repercutido na discussão de políticas públicas específicas. Os territórios de assentamentos foram inseridos em algumas das leis que instituem as políticas estaduais de TBC no Brasil. São os casos da Lei nº 14.126/2019, da Bahia, a Lei nº 23.763/2021, de Minas Gerais, e a Lei nº 11.731/2022, do Espírito Santo, que adotam as “comunidades de assentamentos rurais de reforma agrária e do crédito fundiário e similares, reconhecidos pelos órgãos oficiais de reforma e desenvolvimento agrário”, como um dos territórios de possibilidade de práticas ligadas ao TBC.

Pode-se inferir, nessa perspectiva e exemplos de ações, o que Zanetoni *et. al.* (2021) defendem a propósito de o TBC possuir valores congruentes com as demandas dos assentamentos rurais: criação de mecanismos de autogestão e cooperativismo, promoção do protagonismo da comunidade local, da valorização do patrimônio e identidade dos assentamentos, difusão das suas tradições e gastronomia, entre outros. Isso porque, quando o turismo possui um planejamento que não se baseia na participação e nos saberes da comunidade local, pode vir a ser abusivo, exploratório e prejudicial à comunidade, à sua cultura e natureza.

Da mesma forma, a comunidade precisa de apoio, assistência e suporte para o planejamento, a organização e a realização das visitas, da formação/capacitação para preparação e oferta de serviços, como hospedagem, alimentação e guiamento. Por isso, os assentados podem se organizar e promover parcerias com universidades, redes estaduais, organizações públicas, privadas e do terceiro setor (Andrade, F.; Andrade, G.; Silvestre, 2019).

Assim, os assentamentos podem ser espaços de lazer e turismo, não deixando, porém, de se constituírem como espaços de lutas e disputas territoriais. Sob esse prisma, a discussão sobre turismo em assentamentos rurais precisa dialogar com as questões de trabalho, defesa e resistência territorial. Decerto, a pergunta não é se o turismo pode ser um agente de desenvolvimento e preservação de um território, mas sim qual a forma de turismo a ser escolhida pela comunidade e que efetua essa demanda. Assim, o turismo funciona também como um instrumento pedagógico que ensina, constrói, desconstrói e transforma o pensamento social. Atividades de lazer e comunicação direcionadas aos visitantes podem estimulá-los a produzir as suas próprias visões sobre a vida em assentamentos, desvinculando o repertório equívocado disseminado pelos grandes veículos midiáticos (Melo, 2012).

Portanto, o turismo de base comunitária, sob essas premissas, pode ser um mecanismo de luta e defesa da terra para a manutenção da vida no campo, mesmo diante de tantos conflitos, poderes e interesses que permeiam esses debates e práticas. A partir disso, analisam-se, a seguir, as experiências de cinco assentamentos rurais sob a ótica das lideranças locais investigadas.

Vozes que ecoam sobre as experiências em turismo comunitário e assentamentos rurais

Com enfoque na análise sobre as possibilidades de desenvolvimento do TBC em assentamentos rurais, compreendendo os seus significados, os enfrentamentos e os desafios para o fortalecimento dessas iniciativas, aqui são trazidos alguns relatos que elucidam algumas práticas e perspectivas.

Sendo assim, compreendeu-se que o turismo comunitário nos assentamentos pela ótica local se constitui de “uma nova atividade que deve apresentar para a sociedade o papel dos assentamentos e seus objetivos de luta”, conforme salienta a militante e assentada do Dênis Gonçalves (Goiânia, MG):

Então, se a gente tem um patrimônio cultural, histórico, arqueológico, a gente tem a tarefa hoje de democratizar para a população Brasileira. Acho que isso tem também uma importância na disputa ideológica que a gente faz de mostrar o que é a reforma agrária e o quanto isso é importante para levar alimentos para o povo brasileiro. A gente tá falando de alimentar a população, de fazer a reforma agrária e também o turismo com a vida das pessoas a gente gerar renda e fazer uma disputa que hoje é muito importante, que é de mostrar pra quê a gente democratiza a terra, que não é só para os assentados e sem-terra, mas também para o povo brasileiro (Priscila Araújo *apud* Moraes, 2022).

Assim, essa “nova atividade” que se insere nesse território não pode deixar de contribuir para atender ao princípio de existência de um assentamento. Dessa maneira, o turismo se transforma em uma oportunidade de democratizar o acesso da sociedade à terra e de dar visibilidade à história de conquista do território, à produção agrícola, aos bens culturais e aos movimentos sociais do campo estigmatizados pelas mídias e pelo senso comum.

Da mesma forma que a luta pela reforma agrária, e consequente ganho coletivo da terra para produção, o turismo em alguns assentamentos se apresenta como uma “ferramenta para defesa da terra e do território”, principalmente nos localizados nas Zonas Costeiras, que sofrem grandes pressões e

ameaças pelos agentes econômicos e políticos que agem diretamente na produção e consumo do turismo, envolvendo os especuladores imobiliários, os residentes, os turistas, o próprio Estado, entre outros. Esse é o caso do Assentamento Sabiaguaba, comunidade de Caetanos de Cima, localizado no litoral oeste do Ceará, segundo destaca a jovem assentada, coordenadora do Grupo de Turismo Comunitário local, adiante:

(...) construir um turismo comunitário nesse território, ao mesmo tempo, é muito estratégico, pois contribui para a defesa dessa terra, visto que estão em uma área de reforma agrária que também é um local de zona costeira que são espaços disputados por esse capital. Há mais de 25 anos, eles lutam contra os abusos da especulação imobiliária, turismo de massa e de várias outras ameaças que vem junto com o capitalismo (Helena Soares *apud* Moraes, 2022).

Isso reafirma que o turismo é parte propulsora do processo de reprodução da acumulação capitalista e de todas as suas implicações. Essa lógica afeta também o Assentamento Maceió em Itapipoca – CE, ao considerar o que o jovem assentado Valdenir Pinto, coordenador do Grupo de Turismo Comunitário local, defende: “o turismo comunitário vem como uma ferramenta em defesa do território, já que o nosso território é muito cobiçado pela especulação imobiliária e outros grandes projetos que querem se implantar aqui em nosso território” (Moraes, 2022). Portanto, mesmo conquistando a terra coletiva, o território continua sofrendo ameaças e a luta não acaba, transformando-se em novos enfrentamentos.

Essa perspectiva é corroborada por Ana Lima, que é agregada no Assentamento Sabiaguaba, comunidade de Caetanos de Cima (CE), criadora do Espaço Cabaça de Colo que oferece hospedagem e alimentação baseada na agricultura familiar. Para ela, “se não fosse a reforma agrária, a desapropriação e o turismo comunitário, eles nem saberiam onde estariam hoje, as pessoas tiveram mais oportunidade de moradia, quintais para produzir e poder focar na agroecologia” (Moraes, 2022). Essa concepção nota que o turismo comunitário contribui também para a permanência dos moradores e a produção agroecológica no Assentamento. Desse modo, reconhece que o TBC deve ser pautado de forma integrada às questões de moradia para assentados rurais e de implementação de espaços de agroecologia nos lotes ocupados, para promover o sustento, a segurança alimentar.

Assim, surgem, nesses territórios, novas atividades produtivas, que (re)agregam as já existentes, criando outros papéis, como: guiamento, cozinheira, donos de meios de hospedagem, entre outras, que afetam o modo de trabalho rotineiro e se tornam “uma alternativa de renda para muitas famílias” assentadas, de acordo com a experiência do Assentamento Coqueirinho (CE), relatada a seguir.

Eu sou o guia, numa trilha que eu fiz numa área de preservação, minha mulher é cozinheira e com o turismo aprendemos e damos valor àquilo que a gente produz e fizemos a cadeia toda, a gente produz a matéria prima, faz o prato e serve ao turista. Então, pra mim, o turismo foi muito importante na reforma agrária (Carlos Messias *apud* Moraes, 2022).

No entanto, o “turismo comunitário, ele se estabelece como complemento e não substituição às atividades produtivas bases dos territórios assentados”, como exemplificado pelos assentados Helena Soares, quando fala acerca da necessidade da “permanência das atividades principais que são a pesca artesanal e agricultura familiar” e Valdenir Pinto, ao destacar que “o turismo comunitário também vem como uma forma de complemento para as atividades já existentes aqui em nosso assentamento como a pesca artesanal, a agricultura familiar e o artesanato, essas três fontes que são milenares na atividade do nosso povo” (Moraes, 2022). Essas percepções são fundamentais ao considerar a proposta da Reforma Agrária popular nos tempos atuais no Brasil, tendo em vista a diversidade cultural na agricultura familiar e nas manifestações existentes no campo.

Desde setembro de 2021, o Assentamento Dênis Gonçalves (MG), por meio do Coletivo Patrimônio e Turismo, propõe a construção do “Turismo da Reforma Agrária”, realizando eventos, embora recebam visitantes espontâneos interessados nas belezas naturais, produção agroecológica, entre outros. Para a assentada Priscila Araújo, “para a reforma agrária, isso tem um valor inestimável. No programa agrário do MST, a gente fala a reforma agrária popular. Isso quer dizer a democratização de terras, que um dia foram privadas e hoje tem que servir ao povo brasileiro” (Moraes, 2022). Desse jeito, identificamos outras narrativas e terminologias sendo elaboradas pelo saber popular para pautar o turismo nesses espaços.

O TBC se traduz ainda como um “modelo diferenciado que está ligado ao desenvolvimento da cultura da nossa comunidade e preservando os nossos valores, a nossa cultura e belezas naturais” (Raíza Gonçalves do Assentamento Baixão - Bahia) (Moraes, 2022). Esse princípio se expressa, na prática, por meio do roteiro “Colhe e Pague”, onde o próprio visitante colhe na roça o alimento cultivado da época (como milho, banana, aipim, abóbora, maxixe), além da administração de uma Pousada Comunitária pelas mulheres da comunidade Baixão. Portanto, o turismo se tornou um meio de esses grupos olharem e reagirem de forma muito particular e sensível em relação aos bens naturais e culturais dos seus territórios. Em outras palavras, o turismo “auxiliou na valorização dos modos de vida e da cultura local”, pois, de modo consoante ao assentado Carlos Messias, a partir dessa prática, ele passou a valorizar muito mais a sua área, o seu trabalho e modo de vida, deixando claro que a sua família participa de todo o processo criativo do TBC, com a implementação do Margarida Café no Assentamento Coqueirinho. Isso contribui diretamente para incentivar a permanência da juventude, a pluralidade de gênero, a valorização da cultura local nos territórios, reforça a jovem Helena Soares com base na iniciativa do Restaurante das Mulheres de Caetanos de Cima.

Destarte, compactuando com as premissas básicas da organização e luta pela reforma agrária e garantia da terra para produção, o turismo comunitário também significa “garantir a autonomia, fortalecer a coletividade e a cooperação”, endossa Helena Soares (Moraes, 2022). Para tanto, as comunidades locais precisam desenvolver consciência sobre os processos que as afetam, como o turismo. Isso implica a tomada de decisão de questões importantes. Nesse contexto, a proibição de se

tirar fotografias do modo de vida e das pessoas da comunidade visitada ou mesmo a cobrança de dinheiro ao turista pela fotografia tirada são exemplos de resistência de quem vive esse tipo de situação, ou seja, a não aceitação da comunidade em ser tratada como objeto também faz parte do processo de diálogo e planejamento do turismo (Silva, 2019).

Assim, constata-se que, por mais que existam um “novo rural” e a pluriatividade do campo, as atividades tradicionais, como a agricultura familiar, pesca e artesanato, não devem ser substituídas pelo turismo, o qual deve atuar como uma atividade complementar, que permita gerar uma renda extra e apoiar a visibilidade de suas lutas, desmitificando discursos distorcidos e equivocados sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Dessa forma, reafirma-se que o turismo comunitário deve partir da defesa de suas terras, tradições e território.

Conclusão

A presente pesquisa tratou do turismo de base comunitária que se baseia na multidimensionalidade territorial, ambiental, política, econômica e histórica de cada assentamento da Reforma Agrária. Os enfrentamentos e os desafios para o fortalecimento dessas unidades agrícolas se alinham aos relacionados ao TBC e vice-versa. Isso porque a prática social da luta pela terra em assentamentos rurais e pelo próprio turismo ou vivências se constitui de movimentos político-sociais que transcendem as suas especificidades, sociabilidades e organicidades.

Diante do tema polêmico da Reforma Agrária, visto ora com avanços, mas também com retração em cada governo brasileiro (Fernandes, 2023), discutir o turismo de base comunitária nessa arena é um tanto desafiador e necessário no país que possui uma das maiores concentrações de terras no mundo e se apresenta como o que usa mais veneno na produção agrícola. Essa tarefa permitiu, portanto, experimentar o pensamento sobre como as experiências de turismo em assentamentos rurais se aproximam das reflexões sobre TBC, identificando algumas oportunidades a partir da visão de algumas lideranças assentadas e agregadas no Ceará, Bahia e Minas Gerais. Dessa maneira, sinalizaram-se contribuições possíveis para o debate a respeito da Reforma Agrária Popular.

Assim, pela presente pesquisa, o desenvolvimento do TBC nos assentamentos rurais investigados apontou que, para sua constituição, é importante concebê-lo a partir de algumas perspectivas práticas, percebendo-o como: (a) estratégia de difusão e comunicação sobre o papel social da Reforma Agrária popular para a sociedade em geral; (b) ferramenta de poder em apoio à defesa e luta pela terra e território; (c) alternativa de geração de trabalho e renda familiar; (d) princípio da complementariedade e não de substituição à produção tradicional; (e) valorização dos modos de vida e da cultura local; (f) busca pela autonomia e fortalecimento dos processos coletivos e de cooperação. Além disso, o TBC deve ser associado às questões agroecológicas, de soberania alimentar e de conservação da natureza, o que pode se desdobrar na promoção da oferta de experiências lúdicas, reflexivas e pedagógicas para formar uma consciência política sobre a Reforma Agrária.

Nesse sentido, este exercício abre caminhos para investigações futuras que podem fortalecer a discussão sobre o TBC como uma nova alternativa possível para assentamentos da Reforma Agrária, provocando a pensar algumas questões, quais sejam: qual é o perfil do visitante que busca por esses territórios? Quais são os modos de organização e estruturação dessas iniciativas? Quem faz parte desse processo de decisão e execução? Quais foram as mudanças geradas pelo turismo no Assentamento? Esse é o próximo passo de análise dos resultados finais do referido projeto de iniciação científica sobre essa temática.

Referências

- ANDRADE, F. J.; ANDRADE. G. J.; SILVESTRE. S. **Turismo Rural e Preservação Cultural**: O uso da paisagem cultural como meio de geração de renda aos assentados de Araraquara. 2019. Disponível em:
https://www.academia.edu/39319348/T%C3%80TULO_TURISMO_RURAL_E_PRESERVA%C3%80%C3%83O_CULTURAL_O_uso_da_paisagem_cultural_como_meio_de_gera%C3%A7%C3%A3o_de_renda_aos_assentados_de_Araraquara. Acesso em: 31 abr. 2025.
- ANDRADE, S. Q. de O. **Turismo e Reforma Agrária**: a formação de uma consciência política na sociedade. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal de Minas Gerais, 2023.
- BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BOGO, A. Mística. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 475-479. Disponível: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2023.
- CABANILLA, E. Turismo comunitario en América Latina, un concepto en construcción. **Siembra**, v. 5, n. 1, p. 121-131, 2018.
- CAÑADA, E. La comercialización del turismo comunitario en América Latina. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, n. 41, p. 159-189, 2015.
- CARVALHO, H. M. de. Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária. **Revista Nera**, ano 7, n. 5, ago./dez. 2004.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Relatório Conflitos no campo Brasil**. 2022. Goiânia: CPT, 2023. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/t1d00127.pdf>. Acesso em: 31 abr. 2025.
- COELHO, R. S.; SABIONI. S. C.; HOISEL, T. F. N. Turismo de Base Comunitária: A economia solidária no assentamento Nova Vida do Rochedo, Uruçuca-BA. In: SOUSA, C. da S.; SABIONI, S., C.; LIMA, F. de S. (Org.) **Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável**. Guarujá (SP): Editora Científica Digital, v. 4, ed. 1, 2021. p. 287-301.
- CORIOLANO, L. N.; LIMA, L. C. **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORIOLANO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C. Territórios solidários de America Latina y turismo comunitario en rebote a los mega empreendimentos transnacional. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 3, n. 1, p. 4- 15, 2013.

COSTA NOVO, C. B. M.; CRUZ, J. G. da. **III Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas**. Manaus: ESAT/UEA, 2013.

FERNANDES, J. V. de A. T. **Possibilidades e limitações para a prática turística em um Assentamento Rural**: uma análise do turismo da reforma agrária realizado no Assentamento Dênis Gonçalves, MG. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2023.

FERREIRA, G. F. **Sustentabilidade Organizacional**: uma análise pela lente caleidoscópica da Psicossociologia. Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2018.

FLETCHER, R.; MURRAY, I.; BLÁZQUEZ, M.; BLANCO, A. Turismo, decrecimiento y la crisis del Covid-19. In: CAÑADA, E.; MURRAY, I. **#TourismPostCOVID19. Turistificación confinada**. Barcelona: Alba Sud Editorial. Colección Turismos, 2021. p. 259-263.

INOSTROZA, V. G. Aportes para un modelo de gestión sostenible del turismo comunitario en la región andina. **Gestión Turística**, v. 10, p. 77-90, 2008.

IRVING, M. de A.; MORAES, E. A. de. Apresentação. In: BRASIL. **Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação Federais**: caderno de experiências. Brasília: MMA, ICMBIO, 2019. p. 14 - 18.

LEITE, S. P. Assentamento Rural. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 687-691. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/26224/Livro%20EPSJV%20011000.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LUSTOSA, M. C. MST inicia experiência de turismo da Reforma Agrária na Zona da Mata Mineira. 27 de setembro de 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/09/27/mst-inicia-experiencia-de-turismo-da-reforma-agraria-na-zona-da-mata-mineira/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 25-44.

MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18-19, jan./dez. 2006

MARQUES, L. M.; SANTOS, R. J. O turismo como alternativa de desenvolvimento sócio-econômico em áreas de assentamentos de reforma agrária: um estudo do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia – MG. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 9, n. 1, 2009.

MARUPIARA: Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins. IV Encontro de Turismo Comunitário da Amazônia: Protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas, ano 7, n° 6. **Anais...** Parintins (AM): UEA, 2014.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. P. (Ed.). **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2004.

MELO, T. S. de. **Turismo E(m) Assentamentos De Reforma Agrária**: Uma Leitura Dos Anais Do Congresso Brasileiro De Turismo Rural. Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 2012.

MELO, T. S.; SOUZA, J. G. Turismo e reforma agrária: primeiras aproximações teórico-críticas. **AGRÁRIA**. São Paulo. n. 14, p. 121-139, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55804>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MENDONÇA, T. C. M. **Turismo e Participação comunitária**: Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou? 2004. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MENDONÇA, T. C. de M.; MORAES, E. A. de; SANTOS, R. de O.; NUNES, A. de S. Mapa de significados, elementos socioespaciais e políticos do Turismo de Base Comunitária no estado do Rio de Janeiro. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 24, n. 1, 126-148, 2024.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170–189, 2013.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n. 3, mar. 2012.

MORAES, E. A. de; IRVING, M. A.; MENDONCA, T. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Turismo. Visão e Ação**, v. 20, p. 249-265, 2018.

MORAES, E. A. de. **Siga os atores e as suas próprias ações**: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do turismo de base comunitária na Rede TUCUM – Ceará – Brasil. Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2019.

MORAES, E. A. de; GUERRA, M. F.; MENDONÇA, T. C. de M.; FENERICH, G., N.; MARCONDES, D.; FERREIRA, G. **Turismo de base comunitária em Áreas Protegidas**. Grupo de Conservação Colaborativa em Áreas Protegidas. Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2021.

MORAES, E. A. de (org.). **Turismo e Reforma agrária**. Youtube. Publicado em 08 de setembro de 2022. Grupo de Pesquisa e Extensão TBC-Rede: Turismo de base comunitária, Sustentabilidade e Redes (UFJF/UFRJ/CNPq). 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8zYfEUm3EUM>. Acesso em: 31 abr. 2025.

MOREIRA-GONÇALVES, L. G. Turismo no espaço rural como instrumento de valorização patrimonial em assentamentos de reforma agrária: o caso de Rosana São Paulo. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v.13, n.3, p.121-142, 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Programa Agrário do MST. VI Congresso Nacional do MST. **Anais...** São Paulo, 2014.

SILVA, F.M.; SILVA, M. J.; OLIVERIA, J. M. S.; CASTRO, E.B.O.; SILVA, M. L.; SOUZA, R. V. C. Práticas agroecológicas como atrativos para o turismo de base comunitária na zona da mata sul de Pernambuco. **Cadernos de Agroecologia** - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020.

SILVA, J. S. *et al.* (Orgs.). Declaração de Fortaleza. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2, 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Instituto Terramar, FDZC, 2008.

SILVA, D. J. de S. Turismo como ação social e como relação social: uma sociologia da atividade turística a partir de Moçambique. **Revista Terceiro Incluído**, v. 9, p. 175-184, 2019.

SOUZA, P. G. de. **Turismo em assentamentos de reforma agrária no Nordeste do Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCCH. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2017.

STEDILE, J. P. Reforma Agrária. In: CALDART, R. S. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 659-668.

VILELA, R. B., RIBEIRO, A.; BATISTA, N. A. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: Uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde. **Millenium**, v. 2, n. 11, p. 29-36, 2020.

ZANETONI, J. P.; MARIANI, M. A.; ARAÚJO, G.; SANTOS, G. Turismo de base comunitária (TBC) como fonte de renda para assentamentos da agricultura familiar. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 5, n. 1, 2 out. 2021.



Este artigo está disponível em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Attribution, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.